

## OS POBRES URBANOS: A CIDADE ENTRE A ORDEM E O CONFLITO

MARIA DA PENHA SMARZARO SIQUEIRA\*

MARCIA NUBIA ULIANA\*\*

PATRÍCIA M. SILVA MERLO\*\*\*

[...] mas os tempos mudaram, aqueles pobres exemplares que voluntariamente abraçavam a vida de pobreza ou que humildemente aceitavam a miséria como uma condição que a vontade divina lhes impunha eram pobres do passado; no seu lugar tinham de fato outros pobres. Uma nova miséria, engendrada pelos baixos salários e pelo desemprego, começava a tomar conta da cena social: a miséria das famílias operárias. Essa pobreza era dos seus próprios cidadãos, pessoas integradas na comunidade e capazes para o trabalho, mas a quem a cidade não oferecia possibilidades de emprego e de enfrentar as dificuldades da vida urbana.

— GEREMEK, 1987

### Introdução

O PROBLEMA DA POBREZA URBANA, de suas causas, de sua reprodução e dos meios para eliminá-la tem suscitado um amplo movimento de mobilização dos mais diversos segmentos da sociedade civil, e não é novo o

\* Doutora em História Econômica, Professora da Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil

\*\* Pesquisadora de Iniciação Científica, CNPq/ Ufes/Brasil

\*\*\* Pesquisadora de Iniciação Científica, CNPq/Ufes/Brasil

debate no fórum das ciências sociais e humanas. Há muito, o tema situa-se no centro das atenções dessas áreas, enquanto objeto de estudos empíricos e de controvérsias ideológicas.

No cerne desse debate, encontram-se entendimentos diversos estendendo-se entre a ótica da distribuição de rendas, a lógica das migrações, a problemática da política social e as conexões e funcionamento do sistema econômico vigente, inseridos no contexto da evolução do capitalismo, a cujo processo a pobreza urbana é considerada inerente.

A pauperização e os conflitos sociais, concomitantes ao desenvolvimento do capitalismo, conduzem ideólogos e políticos a encarar a pobreza como um fenômeno de ordem social evolutiva e sistemática, que se desencadeia frente aos mecanismos socioeconômicos do sistema capitalista e acarreta mutações nas sociedades contemporâneas.

Não obstante as divergências de posições, a ciência interdisciplinar procura tratar no seu conjunto toda uma multiplicidade de problemas suscitados pela pobreza urbana, num quadro em que diversos elementos (sociais, culturais, econômicos e políticos) se integram de forma complexa.

Nessa perspectiva, a relação entre a cidade e a sua população tem sido interpretada sob vários pontos de vista. Os debates dos investigadores centram-se sobretudo em torno de questões conjunturais e estruturais e no estabelecimento e escolha dos critérios que permitem definir traços distintos da pobreza, dos pontos de vista quantitativo e qualitativo.

À luz das abordagens que ilustram o trabalho de Geremek (1987:13), o estigma da pobreza e as atitudes face à miséria percorrem a história das sociedades pré-industriais, modernas e contemporâneas, no âmbito de programas ideológicos que se vão adaptando à realidade social.

Na sociedade cristã medieval, os programas ideológicos se apoiavam nos ideais religiosos como referência. O *ethos* da pobreza, que assume os valores medievais, elabora e pratica ao longo dos séculos dois preceitos básicos: a pobreza enquanto valor espiritual e a “economia da salvação”, fundamentada na doutrina da caridade (1987:28). Na origem dessa ótica, exalta-se a divisão entre dominantes e dominados, que vai percorrer os tempos posteriores, independentemente do discurso ideológico.

A economia mercantil e as mutações dos tempos modernos criam uma nova situação social geradora de modificações no *ethos* da pobreza.

No pensamento contemporâneo, por sua vez, o problema da pobreza passa a inscrever-se de modo explícito no contexto do desenvolvimento industrial.

No discurso atual, a pobreza é unanimemente definida como um fenômeno multidimensional e cumulativo, e o conceito vem a ser substituído pela noção de exclusão social, com o argumento de que esta permite designar simultaneamente os processos e as situações resultantes do novo cenário social.

É no contexto dessas questões que a pobreza vem sendo discutida em nível internacional, tanto no âmbito do debate público como também do científico. Ambos vêm promovendo esforços para prevenir e combater a exclusão social.

As dinâmicas em curso, dependendo do quadro político-econômico, têm um impacto diferencial, mas o discurso se prende ao desafio de elaborar modelos de políticas que atendam às novas exigências da economia urbana e do desenvolvimento das cidades e que possibilitem o enfrentamento do processo de exclusão social (Ribeiro & Santos Júnior, 1994:13).

Nessa perspectiva, não podemos perder de vista a noção diferenciada de pobreza e exclusão. Uma vez que não podem ser identificadas como sinônimos de um mesmo fenômeno, ambas, entretanto, coexistem em um mesmo contexto, que compõe o universo social das sociedades contemporâneas.

## I. A construção ideológica da pobreza

NO UNIVERSO DA HISTÓRIA SOCIAL E DAS estruturas socioculturais, qualquer divisão em períodos delimitados tende a aprisionar a reflexão social e a fechar horizontes na continuidade natural da matéria histórica.

As grandes civilizações, que costumavam servir como marco de referência, não possuem necessariamente um desenvolvimento linear e não determinam um tempo histórico único, enquanto marco de mudanças estruturais globais. Cada sociedade apresenta e expõe sua diversidade. No seio das civilizações, coexistem os diversos sistemas de valores que cada meio aceita como seus, em diferentes fases do passado histórico.

Entretanto, quando se coloca a idéia de cidade a par da noção de pobreza, percebe-se que o elogio desta, e sua lógica no interior de cada sociedade ocidental, foi concebido pelos programas ideológicos estruturados para fornecer uma justificativa racional da situação social vigente, e da organização sociopolítica, como agente determinante da ordem social.

Nesse contexto, a realidade histórica tem demonstrado que a cidade, *locus* privilegiado do agir racional, da divisão do trabalho e suas modalidades

múltiplas, guardou imperfeições: as desordens do crescimento, a concentração, a segregação social e espacial, a fome, a violência, e representações ainda não ajustadas às contínuas provas e desafios da vida urbana (Mumford, 1982:497). Fascinantes, complexas e contraditórias, as cidades abrigam o lugar dos conflitos entre os interesses dos indivíduos e transformam-se também no lugar onde se concentram os pobres.

No decorrer da evolução sociopolítica das sociedades, parece inevitável a manutenção da convivência entre a pobreza e a cidade.

Sob essa ótica, parece-nos de grande importância refletir sobre as nuances dessa convivência e sua historicidade. Para tanto, torna-se necessário num primeiro momento explicitarmos, em linhas gerais, nossa percepção histórica desse universo e como essa relação entre cidade e pobreza cristalizou-se no interior da sociedade ocidental.

Ao estudarmos os processos de formação de idéias e valores que permeiam o mundo urbano ocidental, notamos que a questão da pobreza remonta à sociedade medieval, na qual se firmaram as representações e a dinâmica social cristãs, que constituíram a gênese da construção ideológica da pobreza, ou seja, o elogio à pobreza é uma herança medieval.

No entender de Mollat:

[...] Pobre é aquele que de modo permanente encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social... (1989:5)

A partir dessa compreensão, e ainda de acordo com o autor, a pobreza comporta graduações e varia no plano social conforme as épocas e os níveis de cultura e desenvolvimento econômico.

Na civilização cristã medieval, a expressão maior é o Evangelho, e o elogio à pobreza enraíza-se nos programas ideológicos que tomam a Sagrada Escritura como referência. Muitas e diferentes doutrinas nascem em torno da noção de pobreza, mas será sempre a mensagem social do Evangelho a fornecer os elementos.

A pobreza enquanto valor espiritual, a que podem ascender tanto os que vivem no meio das riquezas materiais, como os que estão na mais absoluta miséria, é exaltada como forma de valor do cristianismo. Assim, a construção ideológica contribui para que se reforce na mentalidade da época a convicção da necessidade de se distinguir a pobreza como uma ramificação do seio social,

de acordo com a lógica estrutural e conjuntural da sociedade (Geremek, 1987:28).

A abordagem feita por Geremek das linhas estruturadoras das representações coletivas na Europa Ocidental face à pobreza conduz essa noção a duas dimensões: a espiritual e a institucional. Na sociedade medieval, essas dimensões, principalmente a espiritual, enquanto agente moralizadora, conduziam a sociedade a uma ordem que expressava o mundo católico-feudal.

Na sociedade medieval, o desenvolvimento urbano se dá a partir de núcleos dominados por um senhor eclesiástico ou leigo, que governa a partir de seu mosteiro episcopal ou de seu castelo. A cidade medieval, lugar de poder econômico e político, dominava a sociedade camponesa e representava o posto maior de comando. Implantam-se, portanto, em torno desses postos de comando, dois tipos de território: “de um lado, a cidade propriamente dita, cingida em torno de castelos e entremeada de campos, e, de outro lado, os burgos da periferia” (Le Goff, 1998:17). O que vai marcar historicamente o perfil desses núcleos é o caráter agrário que modificou a face da Europa medieval.

Le Goff nos ensinou isso muito bem e resgata esse mundo de relações entre muralhas, em que a cidade permanecia isolada em um espaço fechado. Entretanto, a cidade vai adquirir uma personalidade legal própria e lançar seu poder sobre certa extensão em volta, onde exercerá o seu domínio. Nesse universo, os arrabaldes, espaço que abrigava os pobres e mendigos, vão depender das cidades, que, com suas portas, se fechava para a pobreza.

Os pobres e mendicantes, portanto, encontravam-se precariamente instalados na periferia interna e externa próxima da muralha. Eles manifestavam assim o caráter subordinado e pobre do subúrbio com relação à cidade. Dessa forma, a muralha definia o espaço na sociedade medieval. É na organização desse espaço que se encontra também a origem da interdependência entre a cidade e sua periferia, além da reprodução de valores determinantes para a manutenção da convivência entre a cidade e a pobreza (Le Goff, 1998:19).

A misericórdia e a caridade despontavam nessa sociedade como deveres sociais que expressavam o ideal de bem comum e a manutenção da ordem. A difusão das Ordens dos Mendicantes prova que seus objetivos respondiam às inquietações da época em que surgiram, já que o *ethos* da pobreza se fundamentava na lógica do cristianismo e nos valores da civilização católico-feudal.

A pobreza enquanto valor espiritual é exaltada, quer nos Evangelhos, quer na ordem social predominante, que tinha como modelo de vida a lógica religiosa. A imagem do pobre e sua expressão social no mundo medieval cria um elo de relações sociais que vai ser determinante nesse contexto; afinal, o

*ethos* da pobreza agrega tanto o elogio à esmola quanto o elogio à salvação. Nele se observa o instrumento maior de estreitamento das relações humanas, quer do ponto de vista espiritual quer do institucional (Mollat, 1989:119).

A máxima, retirada da *Vida de Santo Elói*, resume o essencial de tal teoria: “Deus poderia ter feito todos os homens ricos, mas quis que houvesse pobres neste mundo para que os ricos tenham uma oportunidade de redimir os seus pecados” (Geremek, 1987:29).

Nessa perspectiva, o dever da caridade adquire valor determinante no comportamento individual dos cristãos na sua vida temporal, e, ao mesmo tempo, transforma a Igreja em gestora da misericórdia social e procuradora dos pobres (Le Jan, 1966:74). Dentro dessa lógica, a própria sociedade se fundamenta na procura da salvação por meios que vão legitimar a situação dos pobres. A mensagem cristã junto às massas consistia em convencê-las a aceitar humildemente o seu estatuto e permanecer na condição de pobres, como uma determinação divina. Não havia, portanto, perspectivas de mudança, já que elogio ao trabalho não era colocado como uma ação transformadora. A economia da salvação se perpetuava através da ampliação e da permanência da pobreza.

## II. O pauperismo e a nova ordem social

O UNIVERSO DE REFERÊNCIAS DA DOCTRINA CRISTÃ que caracterizou a sociedade medieval difundiu plenamente a ideologia social que exaltava a divisão entre dominantes e dominados. A origem dessa construção ideológica vai percorrer os tempos posteriores, independente das mudanças estruturais e da nova roupagem dos discursos predominantes.

Tanto Mollat quanto Geremek assinalam que a abertura urbana e a desestruturação da sociedade organizada nas categorias de clero, guerreiros e servos vão gerar mudanças na reflexão da práxis social, uma vez que a sociedade vai enfrentar uma grande transformação diante do desenvolvimento da economia mercantil. Nesse quadro de mudanças, vamos diagnosticar processos intensos de estratificação social, tanto na cidade quanto no campo. Paralelamente à degradação do agro, observa-se um crescimento demográfico em direção às cidades, fenômeno que concorre para estabelecer um desequilíbrio no perfil da população.

Às vésperas do século XIV, a Europa já estava superpovoada, a maioria das famílias camponesas não possuía terra suficiente para subsistir e freqüentemente

faltava pão nas cidades. O modelo de vida social que nasceu das transformações que marcam os séculos XIV e XV, na Europa, revelou-se não apenas como gerador de prosperidade econômica como também da pobreza. Porém, ainda assim, a moral vigente impedia a sociedade de excluir os pobres; afinal, estes se mantinham diluídos no corpo social.

A modernidade do século XVI passou a se traduzir em outro padrão de acumulação, celebrando na sociedade pré-industrial o elogio ao trabalho, agora visto como uma ação transformadora que passou a refletir profundas mudanças na mentalidade coletiva. Nesse contexto, a idéia de pobreza enquanto valor espiritual se enfraquece, na medida em que novos padrões tendem a não valorizar a miséria material em termos de dignidade social, e reorganizam-se as ações de caridade concomitantes à exaltação do trabalho. É aqui que reside a mutação radical no *ethos* da pobreza, quando o trabalho torna-se o referencial maior do homem (Geremek, 1987:219).

Historicamente, no interior da longa duração do processo de transformação estrutural, vão se delineando ao mesmo tempo novas leis e um ideal coletivo diferenciado, que se foram impondo aos interesses da sociedade. Nesse quadro, as cidades européias modernas eram as manifestações dessas transformações e, simultaneamente, o meio que permitia as mudanças e dava sustentação a elas, na medida em que também se firmavam enquanto pontos de concentração populacional, de exercício de poder, de fornecedoras de serviços e, de forma mais marcante, o lugar da produção das mercadorias e da troca.

A força das cidades como espaço de sustentação da nova ordem econômica, social e política se expressa tanto pela urbanização e pela riqueza monetária quanto pelo seu papel predominante na gestão do processo social, através da burguesia.

A interpretação de Lefebvre reforça a dimensão e importância das cidades modernas:

Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas, mas também os conhecimentos, as técnicas, as obras e a cultura. A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, do comércio, das trocas e dos produtos. (1991:4)

À luz da leitura de Lefebvre, verificamos que a divisão interurbana social do trabalho já estava embrionariamente estabelecida na época, e as mudanças no *ethos* do trabalho também já se operavam na prática social. Entretanto, nas

idades mercantis, o processo econômico e as disparidades que o formavam encontravam correspondência no desenvolvimento da estrutura social interna dos centros urbanos.

Kriedte, em seu livro *Camponeses, senhores e mercadores*, levanta essa questão e ressalta as condições que concorreram para esse processo:

Com a inversão da relação entre crescimento demográfico e econômico, e o movimento contrário entre renda da terra e salário que ela pôs em marcha, agravou-se a distribuição desigual da propriedade e do rendimento. Aos processos de pauperização, e de proletarização, de um lado, contrapunham-se processos de acumulação, por outro. (1992:85)

Nessa situação complexa, a mendicância e a pobreza achavam-se suficientemente inseridas na vida urbana, e, no plano social, o papel dos pobres se encontrava bem definido no seio da sociedade moderna. Mendigos, vagabundos e criminosos geravam insegurança e eram periodicamente expulsos das cidades, mas regressavam sempre. Promulgavam-se leis e, assim, trocava-se a lógica da caridade pela assistência, mas o espetáculo da miséria permanecia inalterado. A legislação inglesa sobre os pobres, com suas penas drásticas, remonta a esse tempo.

Geremek releva a importância das decisões tomadas em matéria de reorganização da assistência sobretudo por terem codificado a nova política social. A emergência de um modelo diferenciado de ação social, na ótica de uma política social, revelou-se conflituosa, pelas divergências de interesses dos segmentos predominantes.

Se, em outros tempos, a doutrina católica medieval constituía-se em um agente dominante único da dinâmica social, na sociedade moderna, a doutrina da Reforma e os intrincados laços entre a ética protestante e o nascimento do capitalismo refletiam a mentalidade e o espírito burguês, que iriam determinar a evolução dos novos valores sociais, e a assistência torna-se parte integrante da ideologia do Estado, transposta para a linguagem jurídica (Weber, 1994:113).

Nessa ótica, retomando o pensar de Geremek, do ponto de vista sociopolítico, a pobreza passa a se traduzir em dois segmentos: o estrutural e o conjuntural. A pobreza estrutural abrigava um número bastante considerável de indivíduos, cuja subsistência era assegurada, quase em sua totalidade, pelas ordens de assistência. Esse segmento era tolerado pelo sistema e representava objeto de preocupação da política social das autoridades, independente do caráter das



instituições. Quanto à pobreza conjuntural, desencadeada por flutuações econômicas e crises alimentares, esta transcendia largamente o âmbito da tal política social. Era a miséria temida, e, para amenizá-la, alargava-se a ação da caridade, com a criação de novas instituições de assistência voltadas para atender às necessidades temporárias desse segmento. Assim, podemos concluir que o modelo de pobreza enquanto uma questão estrutural era inerente ao quadro de mudanças socioeconômicas, e alimentado pela própria ideologia da assistência.

Na evolução do *ethos* da pobreza, assiste-se, na era moderna, ao progressivo esvaziamento da reflexão ética e religiosa, nas interpretações dos novos valores, abrindo caminho para um outro modelo de pauperização: a pobreza socioindustrial.

As mudanças que marcaram a sociedade ocidental ao longo dos séculos caracterizaram um processo lento e complexo, que abrigou transformações econômicas, sociais, das idéias e no caráter ideológico de enfrentamento das situações emergentes.

A dinâmica dessas mudanças organizou o ideário que marcou o mundo contemporâneo e a estruturação do modo de produção capitalista. É nesse quadro que a sociedade industrial assiste ao elogio ao trabalho e ao surgimento de um novo segmento da sociedade: o operário. Nesse contexto, as cidades, territórios do capitalismo, são a expressão maior do novo modelo e o trabalho é o principal agente de conquistas do homem que almeja comandar o seu destino.

Do ponto de vista urbano-estrutural, Sposito (1991:64) ressalta que as cidades industriais, enquanto *locus* da gestão do trabalho e da produção, reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo: o seu caráter de concentração e de dinamismo viabiliza a realização dos processos econômicos em âmbito global, e, portanto, é o lugar das decisões que orientam as articulações entre o trabalho, a produção, a comercialização e o capital.

Na perspectiva de nossa interpretação, duas vertentes se estabelecem no domínio da conjuntura social: o trabalho, que será o veículo dinamizador do universo capitalista, e a pobreza, que se coloca de modo explícito na totalidade do desenvolvimento social. A partir dessa reflexão, encontramos no pensamento de Marx (*in* Geremek, 1987:269) uma análise do fenômeno do pauperismo no contexto da sociedade industrial capitalista. Abstraindo o proletariado, ele distingue três categorias de pobres: “os aptos ao trabalho, as crianças e os incapacitados”. Nesse universo, o pauperismo tem de ser constantemente gerado, uma vez que se constitui parte integrante da ordem social e condição necessária da reprodução capitalista. O problema da pobreza é, assim, interpretado como uma condição necessária da reprodução capitalista.

Em larga escala, a industrialização veio absorver os pobres rurais, que, ao lado dos pobres urbanos, vão criar a imensa área social dos miseráveis. Nesse quadro, estabelece-se a importante missão de proporcionar trabalho a todos os desocupados válidos, legitimando a ordem de que cada um deve gerar seu próprio sustento. A partir do século XVIII e início do XIX, o processo de pauperização evolui a um ritmo acelerado, num mundo onde o trabalho determina a condição social do indivíduo. A riqueza transporta-se para o valor da virtude; já a pobreza torna-se equivalente à marginalidade, miséria e criminalidade.

Já no século XIX, não só o *ethos* da pobreza se expressa em outra lógica, como também o caráter da assistência. Aqui, não podemos perder de vista a idéia de que a criação de alternativas de trabalho constituía também uma forma de assistência social, uma vez que é a ação do trabalho que representa a maior luta contra a decadência da moral social e as instituições privadas atendiam em parte a esse segmento.

Entretanto, a necessidade de intervenção do Estado na assistência social traduzia-se como uma condição *sine qua non* para assegurar aos cidadãos melhores meios de subsistência e condições de vida mais adequada. Regra que deveria ser garantida através do trabalho. Os laços da solidariedade não só estariam registrados na ideologia dos humanistas e filantropos como também na ordem do Estado. Assim, esses movimentos apóiam a beneficência em princípios predominantemente laicos, conjugados a um controle dos pobres.

Por outro lado, Kriedte (1992:230) coloca que a proliferação da miséria alcançava dimensões quantitativas maiores que os mecanismos de assistência e segurança que o Estado e a sociedade até aí ofereciam. A pobreza, que já não era vista pelo Estado apenas como uma ação para a assistência pública, incorpora-se também como objeto do seu poder penal. No entendimento do autor, a idéia de pobreza aliada à marginalidade, noção predominante no século XVIII, vai provocar, no século seguinte, uma ampliação de instituições, tais como asilos de pobres e órfãos, casas de trabalho e penitenciárias, com a finalidade de garantir que esses segmentos marginais que estavam fora da produção dela participassem, mesmo que de forma coercitiva.

As circunstâncias nas quais se envolvia a existência desse agregado humano na sociedade urbano-industrial tornaram-se explícitas, gerando indagações quanto ao que fazer com os desafortunados e, principalmente, qual o caminho para o enfrentamento da degeneração no quadro social. A sociedade estava solidificando suas bases em padrões diversos do mundo moral do qual fizera parte até então. As imagens do progresso iluminavam tanto o universo cultural burguês quanto os protagonistas da questão social: os pobres.

As dinâmicas em curso redefinem o perfil e a composição da população afetada pela pobreza e as responsabilidades da sociedade civil face à miséria conduzem à elaboração de uma nova ação de assistência, que se traduzirá num projeto sociopolítico.

Assim, ao tratarmos da necessidade de proteção social legal para regular as condições de trabalho e amenizar a situação da pobreza e da miséria, é preciso ressaltar que essa ação eclode historicamente no interior do processo industrial e no conseqüente rompimento das tradicionais relações sociais, na qual a assistência situava-se fora da esfera do Estado.

É nesse sentido que o direito à assistência social está associado à noção de cidadania, quando se estabelece uma nova relação entre Estado e membros da sociedade. Dessa maneira, compreendemos as mudanças dos princípios que fundamentaram a noção de pobreza e da assistência no século XX, quando se concretiza a definição do papel do Estado na instância das políticas públicas, em relação à proteção social (Fleury, 1994:59).

Inserire-se nesse contexto a legitimação do Estado de Bem-Estar Social, quando os direitos sociais incorporam-se à condição de cidadania, na medida em que a sociedade reconhece a necessidade de o Estado prover condições mínimas de sobrevivência a todos os cidadãos.

Gerada e consolidada na Europa, a nova ideologia social vai se incorporar ao discurso global de proteção social como um referencial, à luz do qual se poderia compreender o desenvolvimento da política social.

No âmbito desta análise, procuramos identificar a construção ideológica da pobreza e da assistência, num quadro histórico, através de um olhar mais profundo, tomando como parâmetro o ideal europeu, que vai dar origem, ao longo da história, à interpretação da pobreza dos povos na totalidade das sociedades ocidentais. Nesta abordagem, não podemos deixar de acrescentar que, nos países de capitalismo avançado, o conjunto de medidas sociopolíticas que emergiram do *Welfare State*, de combate à pobreza e no desempenho de funções integradas para a reprodução social, assentou-se sobre um compromisso de classe, possibilitando uma maior distribuição de riquezas para as classes menos favorecidas.

De acordo com a definição de Brigg (*in* Fleury, 1994:111), sobre as direções de ação desse projeto, o desafio de organização da coerção e da reprodução social mostrou-se progressivo em sua trajetória, conjugando basicamente o alargamento dos programas sociais em três estratégias: garantia aos indivíduos e às famílias de renda mínima da manutenção de empregos; redução das situações de insegurança na esfera de “contingências sociais críticas” (velhice,

doenças, desocupação e desamparo); garantia aos cidadãos, sem distinção de status ou classe, de alto padrão de serviços sociais. Entretanto, as crises que despontaram na segunda metade do século XX, principalmente os primeiros sintomas da perda do dinamismo econômico das principais economias ocidentais, colocou em discussão o *Estado do Bem-Estar*, abalando as certezas de suas potencialidades.

As décadas seguintes vão remeter essas questões a um quadro mais geral das relações estado–economia–sociedade. Nesse novo quadro, aponta-se não apenas para os limites do compromisso original do projeto de assistência social em questão, mas, sobretudo, para as novas necessidades e possibilidades que se colocam no cenário público, em termos de bases sociais, para a emergência de uma nova proposta face às mutações da questão social (Draibe & Henrique, 1993:54).

Paralelamente a esse cenário, Perista & Pimenta, apoiados na argumentação de Lobet, ressaltam que

[...] o fenômeno da pobreza torna-se evidente, não como sustentavam os teóricos liberais, uma realidade residual, que afeta certas categorias sociais com problemas de adaptação cultural ou profissional; nem um desajustamento pontual (derivado de problemas conjunturais), que acabariam, naturalmente, por extinguir-se com o desenvolvimento econômico. (1994:34)

Com efeito, a crise econômica veio confirmar que a pobreza não é um acidente que atinge um ou outro indivíduo ou grupos de indivíduos, mas faz parte de uma série de efeitos negativos que o próprio funcionamento socioeconômico produz.

Nesse contexto, o final do século XX assiste a uma nova interpretação da pobreza, quando essa noção passou a ser percebida e definida como um fenômeno multidimensional e cumulativo. Não se trata, por conseguinte, de uma questão meramente econômica, de falta ou insuficiência de rendimentos. O fenômeno multidimensional atinge tanto os pobres clássicos, quanto outros segmentos da população, pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho e no universo formal do mundo urbano (Perista & Pimenta, 1994).

Nessa direção, o novo conceito de pobreza veio a ser substituído pela noção de exclusão social, vinculando-se às desigualdades existentes, e, especialmente, à privação de poder de ação nas práticas e nos direitos sociais, que constituem a integração social e garantem a identidade do indivíduo.

Do ponto de vista do quadro global, encontramos em Nascimento a seguinte consideração:

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para exclusão significou, em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias... A exclusão emerge, assim, no campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se convertem. Agora, e significativamente no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer. (Perista & Pimenta, 1995:24)

O reconhecimento desse paradigma nos leva ao entendimento de que pobreza e exclusão são faces articuladas de um mesmo fenômeno, sinalizando para um quadro de relações sociais mais amplo, no curso da longa duração da construção e mutações históricas no *ethos* da pobreza.

Ou seja, na atual concepção, redefine-se o perfil e a composição da população afetada pela pobreza com o surgimento de recentes vulnerabilidades sociais e de situações de “nova pobreza”. Assim, a exclusão pode ser tomada nas sociedades contemporâneas como uma nova manifestação da questão social. Esse processo, na lógica do modelo predominante estabelecido nesse fim de século, tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver possibilidades de inserção.

Os desdobramentos da exclusão atingem um universo muito amplo da vida social e caracterizam-se igualmente por situações precárias em domínios essenciais para a sobrevivência (educação, habitação, saúde, assistência e emprego). Os sinais ultrapassam a questão econômica e tornam-se visíveis tanto nos aspectos sociais quanto nos culturais e territoriais (Fontes, 1995:30).

Nessa perspectiva, as desvantagens convergem na mesma direção: o intenso distanciamento do modo de vida corrente na sociedade e das formas de integração.

Em nossa análise, a exclusão não se desenvolve somente de maneira perceptível por uma desassociação das referências básicas de integração social. Ela também se apresenta sob a forma dissimulada de uma ruptura dos laços sociais, isto é, do vínculo de adesão que liga o cidadão aos valores predominantes que marcam a sociedade deste início de século. Assim, embora a exclusão se apresente em múltiplas formas, podemos situar a pobreza e o desemprego como agentes visíveis nesse quadro, uma vez que esses fenômenos constituem um processo similar no âmbito da ruptura dos laços socioeconômicos.

À luz desse entendimento, podemos considerar, de acordo com Xeberras, que “a pobreza significa a incapacidade de participar no mundo social do consumo e o desemprego sublinha a incapacidade de participar no mundo da produção” (1993:28).

Na ótica desses princípios, retomamos o viés inicial de preocupação desta análise: a convivência das cidades com as mutações sociais que se cristalizam enquanto prática significativa na construção ideológica que grava historicamente sua marca no interior da organização social. No centro das mutações, as cidades tendem a se organizar numa constelação heterogênea de segmentos humanos e se produzem socialmente de acordo com seu estágio de desenvolvimento, que, por sua vez, reproduz valores determinantes para a manutenção da vida coletiva.

### **III. Pobreza: o cenário da questão social no Brasil**

A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DA NOÇÃO DE POBREZA e da assistência na totalidade, cabe, neste estudo, um olhar sobre a trajetória dessas questões na sociedade brasileira.

O universo da pobreza no Brasil retrata a realidade social contraditória deste país, cuja gênese situa-se historicamente na época colonial. Há, portanto, uma nítida associação entre a trajetória sócio-histórica e cultural, na qual os elementos construíram lentamente as modalidades sociais, e o lugar do pauperismo no cotidiano da nossa sociedade, ao longo dos séculos.

No rastrear da primeira lição, reportamo-nos ao projeto colonizador, que traz para o Brasil os valores da doutrina cristã e a supremacia da caridade a ela inerente, numa época em que, na Europa, a abordagem da pobreza conhecia uma nova práxis social. Isso se dá devido ao fato de a Península Ibérica se constituir num caso à parte, já que lá a Contra-Reforma mostrou-se muito mais presente que no restante da Europa Ocidental.

A massiva presença da Igreja marcou profundamente os valores das sociedades ibéricas e, por isso, enquanto o restante do continente conhecia o elogio ao trabalho, Portugal e Espanha permaneciam agarrados aos valores medievais. Exemplo disso é o tratamento dado aos mendigos naqueles países, em pleno século XVI. Enquanto no restante da Europa a prática da mendicância havia sido proibida, em Portugal e Espanha essa prática continuava legítima, havendo no máximo tentativas de reorganização das políticas sociais (Geremek, 1986:151).

Assim, para entendermos as raízes das desigualdades sociais no Brasil, logo, da pobreza, faz-se necessário compreendermos os objetivos que direcionaram a empresa colonial. De acordo com Fragoso & Florentino (1998: 102), para

Portugal, a colonização e a montagem de estruturas socioeconômicas hierarquizadas e excludentes nos trópicos serviam ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana. O Estado português estava mais preocupado com a manutenção da sociedade estamental do que em ultrapassá-la.

Portanto, a sociedade colonial já nasce profundamente marcada pela hierarquização. Para além da dicotomia senhor/escravo, existia uma série de matizes sociais que perpassavam desde os degredados trazidos da Metrópole, a arraia-miúda da pobreza europeia, que vinha para a colônia em busca do paraíso, até os caboclos, caipiras e mestiços em geral, além dos libertos (Castro, 1987:23). Todos não contemplados pelo projeto colonizador e, por isso mesmo, caracterizados como desclassificados sociais.

Nesse contexto, o sistema mercantil baseado no braço escravo negro colocava à margem uma população livre que, virtualmente, poderia ser transformada em mão-de-obra. Mesmo porque, numa sociedade regida pela estratificação baseada no *status*, transformar-se em trabalhador manual era um demérito. Assim, a presença do escravismo gerava uma desqualificação do trabalho, mesmo entre aqueles que se pretendiam livres, ainda que levassem uma vida pouco diferente daquela dos escravos (Sposati, 1988:66). O que, por outro lado, instituía a esmola como condição de sobrevivência desses desclassificados.

Logo, nessa sociedade excludente, a assistência aos pobres se fazia por iniciativa leiga das irmandades e congregações. A esmola dos ricos para os pobres era a principal forma assistencial regulada por determinação real. É bom lembrar que essa prática era costume em Portugal, desde a Idade Média. Como parte desse modelo de assistência é que foi trazida para o Brasil a Irmandade da Misericórdia: “[...] transplantada do modelo português de confrarias [...] a ação da Misericórdia consistia em recolher contribuições dos ricos e distribuí-las na forma de esmolos aos pobres” (Sposati, 1988:72).

Essa instituição retrata a concepção cristã segundo a qual ser rico é a oportunidade existencial de fazer o bem. A esmola era então a forma de os mais ricos exercitarem a caridade e ascenderem ao reino dos céus. Essa forma assistencial não tem sentido em relação ao trabalho, já que se dirige a mão-de-obra livre, que, na sociedade escravista, não tem horizonte de ocupação.

Para além da ação da Misericórdia, já no período imperial, verificamos a criação das Conferências Vicentinas: outra forma de organizar e distribuir esmolos, realizada por leigos e ligada à ação das paróquias. A essas segue-se o trabalho das Associações de Damas de Caridade, que também se reuniam em núcleos paroquiais e se dedicavam à educação de órfãs (Sposati, 1988: 79).

Portanto, é possível concluir que o Estado não aparecia como provedor de assistência, limitando-se a reconhecer as irmandades, a permitir isenções e outras contribuições esparsas. Nem mesmo a Igreja se colocava à frente da obra assistencial. Esta ficava a cargo dos leigos e das confrarias locais. Além disso, nem todos tinham acesso às benesses e ao auxílio, que estavam direcionados exclusivamente aos homens livres presentes no povoado, sobretudo aos órfãos. Quanto ao escravo, pouco lhe restava: sendo propriedade, estava exclusivamente sob o cuidado de seu dono e não da misericórdia pública.

Esse cenário só começa a mudar no final do século XIX, quando as grandes cidades brasileiras adquirem novas feições. Ocorrem mudanças nas relações de produção e nas formas da relação entre pobreza e riqueza. O Brasil do final do Império e dos primeiros anos da República se caracterizava pela passagem da economia mercantil escravista para a economia exportadora capitalista. O crescimento da lavoura cafeeira, o nascimento das primeiras indústrias e, sobretudo, a superação do regime escravista, acabaram por redefinir o cenário social brasileiro. Homens livres e libertos tornam-se, paulatinamente, assalariados e surgem, então, os proletários urbanos. Os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, consolidam-se como núcleos urbanos detentores da população assalariada, antes trabalhadora na lavoura. Em contrapartida, sediavam também a mão-de-obra reserva, formada, principalmente, pelo brasileiro livre ou liberto, já que era grande a predominância de estrangeiros na composição étnica da classe operária em formação (Sposati, 1988:93).

É nesse contexto que a pobreza urbana começa a emergir como problema maior aos olhos da elite nacional. É no bojo dessas mudanças que se manifesta a preocupação com a pobreza. Segundo Valladares (1991:84), assim como ocorrera nos países europeus, foi o discurso sanitário-higienista que propiciou no Brasil o despertar para as precárias condições de vida de amplos segmentos da população, que viviam nos centros urbanos, impulsionados pela indústria. Vivendo em habitações coletivas precárias, tais como estalagens, casas de cômodos e, principalmente, cortiços, era diário o convívio com a falta d'água e com péssimas condições de saneamento básico.

O próprio discurso sanitário, cujo principal alvo era o cortiço, acaba abrindo caminho para a intervenção sobre a pobreza. Iniciam-se medidas de combate às habitações insalubres e às epidemias, que visavam a cortar o ventre da cidade e abrir caminho para a reorganização do espaço. O cortiço deveria ser eliminado para possibilitar o saneamento da cidade, sendo associado a foco de epidemias e a berço do vício e do crime (Valladares, 1991:86). Pois aí residiam as chamadas “classes perigosas”, expressão utilizada como sinônimo



de classes pobres, o que significava dizer que o fato de ser pobre tornava o indivíduo automaticamente perigoso para a sociedade (Chalhoub, 1986:48).

Nesse universo dicotômico (de um lado o mundo do trabalho, da moral e da ordem, e, de outro, um mundo às avessas, amoral, vadio e caótico), a rua era tida como prolongamento do cortiço, como espaço maior de socialização dos personagens que ameaçavam a lei e os bons costumes, sendo local de permanente confronto entre a população e a polícia.

Em meio à miséria a que estavam submetidas, as famílias proletárias buscavam formas de sobrevivência para mascarar sua situação de desventura: trabalhadores ambulantes, vendedores de objetos, prestadores de serviços, tripeiros, sardineiros, amoladores, garrafeiros e toda sorte de carrinhos e carroças a percorrer as ruas — essas eram algumas estratégias individuais para enfrentar as mazelas do cotidiano. No entanto, houve formas coletivas de enfrentamento. Uma delas foi o mutualismo ou a organização de sistemas de socorro mútuo. Os cuidados médico-assistenciais, cujo *locus* privilegiado era o hospital, caracterizam o modo mutualista perfilado pela beneficência portuguesa. Coexistiam duas formas de mutualidade: por relações de etnias e por categorias profissionais ou ocupacionais (Sposati, 1988:97).

O impacto do capitalismo sobre as instituições de assistência, promoção e bem-estar social, resulta, de acordo com Marcos Coimbra (*in* Sposati, 1988:104), na combinação da preservação de instituições, inclusive as transplantadas do modelo português de benemerência, com a criação, por acréscimo, de novas formas de assistência.

No bojo dessas novas formas de assistência é que começa a surgir um questionamento sobre o desempenho do poder público no âmbito da assistência social ou, mais particularmente, sobre as funções assistenciais assumidas pelo Estado. Entrava em questão o caráter espontâneo da esmola, o Estado se posicionaria como o eterno vigilante da filantropia, para que esta não alimentasse a vadiagem e a mendicância.

Porém, será apenas nos anos 40 que algumas ações serão tomadas em nível federal, tais como a Legião Brasileira de Assistência e o Conselho de Serviço Social, e, mesmo assim, a assistência à pobreza pouco avança. Não se define uma política global articulada com a atenção ao trabalhador. É o controle da filantropia, mediante seu enquadramento nas normas técnicas, que caracteriza o novo departamento de assistência social. Romper a vadiagem por meio de hábitos sadios de trabalho, que integrem operário e patronato, é o motivo que levará a um conjunto de princípios que caracterizam as ações sociais disciplinadoras (Sposati, 1988: 110, 115).

Nessa lógica, a questão da pobreza passa a se inscrever no mundo do não-trabalho, sendo que a concepção de trabalho se restringia às atividades econômicas que definiam a nova ordem industrial e urbana que se instalava, na qual apenas o trabalho assalariado era considerado, de fato, trabalho. Logo, aqueles homens, mulheres e crianças que sobreviviam à base de ganhos irregulares não eram vistos como um contingente humano produtivo, mas sim como um “resíduo”.

Pobre era aquele que não se transformava em trabalhador, permanecendo fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo (Valladares, 1991:91). A pobreza, nesse sentido, não deixava de ser um vício, ao qual se aderiria por opção, sendo, portanto, concebida como responsabilidade individual. Dentro dessa compreensão, a implantação da Previdência Social no Brasil reservou sua cobertura apenas para o trabalhador assalariado, com carteira assinada e contributivo.

Ao longo da década de 20, inicia-se gradativamente um processo de urbanização que culminou com a “inchação” dos principais centros urbanos do país, entre as décadas de 50 e 60. Se, ao longo das primeiras décadas de industrialização, a demanda por empregos era capaz de absorver a maior parte dessa população urbana, no início dos anos 60, o grau e o ritmo de crescimento urbano ultrapassaram o do desenvolvimento industrial, e a dinâmica da indústria de transformação passou a se mostrar insuficiente na oferta de empregos que atendessem ao crescimento demográfico. É como parte desse contexto que a pobreza urbana torna-se uma questão social. A preocupação com ela foi aumentando na medida de sua crescente visibilidade e propagação (Valladares, 1991: 95).

O cortiço do início do século é substituído pela favela, no Brasil do pós-30. A favela torna-se a expressão máxima do modelo de desenvolvimento econômico desigual, que agravou as condições gerais de vida na cidade, gerando a própria suburbanização e o subemprego, categoria definidora da pobreza nas décadas de 50-60. A arritmia entre os processos de urbanização e industrialização gerou massas urbanas que só conseguiam ingressar no mercado de trabalho através de um sem-número de atividades de baixíssima produtividade e remuneração.

Nesse quadro de mutação, a própria noção de pobreza começa a sofrer algumas alterações. Reconhece-se a ação de determinantes externos ao indivíduo que o conduzem à situação de pobreza, cabendo muito mais à sociedade do que a ele mesmo a responsabilidade por uma condição da qual ele dificilmente conseguiria escapar. A questão que se colocava nos anos 50 já não era a da

aceitação ou recusa da ética do trabalho, mas sim a da capacidade de o sistema absorver, parcial ou integralmente, os indivíduos enquanto força de trabalho: “[...] entendia-se agora que a recusa não mais partia do indivíduo – que queria trabalhar; partia do mercado – que tendia a excluí-lo” (Valladares, 1991:98).

A partir dessa concepção, os pobres passam a ser compreendidos enquanto massa de excluídos, colocados na periferia do sistema econômico, cuja expressão máxima é a favela, vista como síntese da não integração de amplos segmentos da sociedade urbana. No final da década de 60, esses excluídos ou marginalizados recebem mais uma denominação: população de baixa renda. Junto à nova terminologia são importadas políticas sociais nas áreas de educação, saúde e habitação, que objetivam a alocação dos recursos governamentais, a partir da definição de linha de pobreza e de critérios de elegibilidade. A nova categorização baseava-se no salário mínimo como parâmetro, introduzindo a noção de pobreza enquanto fenômeno de insuficiência de renda (Valladares, 1991: 100).

A década de 70 presenciou a expansão desse discurso. Paralelamente à fase conhecida como “milagre econômico”, acentua-se a convivência da acumulação e da miséria. O acelerado processo de urbanização assistiu ao crescimento rápido e desordenado da periferia e à segregação da classe trabalhadora, afastada da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo. Essa nova territorialidade da pobreza colocou em evidência o chamado “morador de periferia”, em detrimento do “favelado”. Aquela categoria acabou eleita como a dos novos excluídos pelo capitalismo brasileiro.

Ao longo da década de 80, as grandes cidades brasileiras conhecem um crescimento ainda maior dos espaços periféricos. Associado a esse movimento, vem à tona a exibição das condições de vida dos chamados miseráveis. Pela ocupação de locais públicos, essa categoria obteve visibilidade nacional. A falta de crescimento econômico, aliada à aceleração dos índices de desemprego, ocasionou o crescimento do número de pessoas que viviam na rua. São subempregados que tentam sobreviver a partir de alguma atividade remunerativa. São xepeiros, marisqueiros, papeleiros, garrafeiros, são cantores de portas de restaurantes e bares, são flanelinhas, ambulantes, enfim, “[...] homens e mulheres que descobrindo e criando utilidades no aparentemente inútil e inegociável, também encontravam modos de sobreviver e superar o desemprego ou de compensar os limites impostos pelos baixos salários” (Neves, 1995: 80).

Outro processo que se intensifica nesse período é o de controle dos espaços físicos. A própria cidade sofre mudanças no que diz respeito a sua ocupação: as casas foram substituídas por edifícios; os antigos edifícios, construídos segundo

uma concepção de abertura para a vida pública, foram murados; os jardins e as praças públicas, cercados. Esse processo de cercamento dos espaços públicos e privados na cidade colaborou para a concentração dos desabrigados num mesmo espaço, tornando-os mais visíveis. Ocasinou ainda a construção de novas formas de acesso aos bens de que carecem para sobreviver (Neves, 1995: 84).

Concomitantemente, o Estado passou a oferecer cada vez menos serviços de assistência à população pobre.

Se nas décadas de 70 e 80 a mobilização social dificultou o “assédio neo-liberal”, a década de 90, embora sob a égide do Estado de Direito conquistada com a Constituição federal de 1988, foi marcada pela rápida ascensão neo-liberal e o encolhimento das responsabilidades sociais. (Sposati, 1997:12)

No momento atual, diante da realidade da pobreza e da exclusão, a assistência social apresenta-se bastante limitada. A precariedade das condições de vida daqueles a quem essa assistência se destina e o caráter cumulativo da exclusão tornam evidente a necessidade de profundas alterações no conjunto das políticas públicas, e mesmo na própria estruturação da sociedade, para reverter esse processo. Nesse sentido,

[...] a assistência social vem colocando em evidência um exército de excluídos que circula nas sobras do que se acumula e, que nas conjunturas de crise, reaparece com seu aspecto tosco, medonho, para mostrar que o país cresceu deixando para trás um imenso contingente de deserdados. (Sales, in Yazbek, 1999: 59)

A experiência da pobreza e da miséria e a manutenção da convivência entre o pauperismo e a cidade impõem uma complexidade muito grande ao espaço urbano, onde os elementos dinamizadores desse processo, além de refletirem efeitos generalizados no contexto geral das sociedades, emolduram as relações sociais da população pobre com a cidade. A desqualificação dos pobres, expressa em seu próprio modo de vida e comportamento, representa um mundo à parte no contexto social, constrói referências e define o lugar dessa camada populacional que a sociedade coloca na condição de párias sociais.

Alcançar, ainda que teoricamente, o universo da pobreza e suas representações implica uma longa trajetória histórica, em que vão sendo observadas novas faces do pauperismo que tencionamos compreender no complexo universo constitutivo das relações sociais que caracterizam as sociedades contemporâneas.

#### IV. Considerações finais

A QUESTÃO DA POBREZA CONSTITUI HISTORICAMENTE parte da trajetória social das cidades e esse fenômeno se fez presente no decorrer do processo evolutivo das sociedades.

As tentativas de controle, convivência e assistência apresentam especificidades próprias vinculadas ao modo de vida das cidades em seu tempo sócio-político-econômico. Embora o pauperismo possa ser entendido de forma ampla como uma síndrome de carências diversas, sua interpretação e sua lógica, no interior de cada sociedade ocidental, associaram-se aos programas ideológicos estruturados para fornecer uma justificativa racional da situação social vigente e da organização sociopolítica enquanto agente da ordem social.

A tradicional noção cristã de naturalidade da pobreza, estabelecida nas sociedades pré-industriais, começa a ser desmistificada no mundo moderno, quando o elogio ao trabalho muda o *ethos* da pobreza e a ética da assistência, caracterizando os desfavorecidos num novo quadro social. No mundo contemporâneo, o avanço industrial enterra essa noção e promove o aumento da pobreza. Nessa perspectiva, a cidade, *locus* privilegiado do agir racional, não conseguiu eliminar os pobres e transformou-se no lugar de concentração e reprodução dos miseráveis, onde coabitam a vida “civilizada” e a vida subumana.

Guardadas as diferenças entre os países desenvolvidos e aqueles considerados periféricos, a manifestação da pobreza, mesmo com outra roupagem, está presente no centro dos debates políticos e sociais, bem como na periferia das cidades.

Nas sociedades atuais, a noção de pobre se consolida na ótica da exclusão social e a pobreza se inclui num amplo quadro de referências, em que as complexidades sociais mudam o perfil dos discursos ideológicos e novas interpretações passam a refletir a percepção social da pobreza e a ação das cidades em face desse fenômeno.

Essa abordagem da problemática da pobreza serve como ponto central, em torno do qual se descobre uma nova relação entre os desfavorecidos, a cidade e o trabalho.

E a noção de naturalidade da pobreza é reeditada em outra lógica, na medida em que a exclusão não é apenas fenômeno que atinge os países pobres, mas sinaliza o destino excludente de grandes parcelas da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações globais do mundo do trabalho, seja por mudanças decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades sociais (Wanderley, 1998: 74).

**Bibliografia**

CASTRO, Hebe M. M. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DRAIBE, Sônia & WILNÊS, Henrique. Welfare States — crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: n. 6. v. 3. fev./1988.

FLEURY, Sonia. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FONTES, Virgínia. *Apontamentos para pensar as formas de exclusão*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790–c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força*. História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1987.

GOITIA, Fernando C. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Presença, 1992.

KRIEDTE, Peter. *Camponeses, senhores e mercadores*. A Europa e a economia mundial. 1500–1800. Lisboa: Teorema, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1988.

LE JAN, Régine. *Pauvres et pauvreté en occiden aux IX e X siècles*. Paris: Centre de recherches d'histoire du moyen-âge, 1966.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NASCIMENTO, Elimar P. *Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão*. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

NEVES, Delma P. A miséria em espetáculo. *Serviço social & sociedade*. São Paulo: n.46, p. 79–98, abr./1995.

PERISTA, Heloísa & PIMENTA, Manuel. A pobreza urbana – algumas situações tipo. In: *Revista Mediterrâneo*. Lisboa: 1994.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. & SANTOS Jr., Orlando A. O futuro das cidades brasileiras em crise. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SPOSATI, Aldaíza de O. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

———. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. *Serviço social & sociedade*. São Paulo: n.55, p. 9-38, nov./1997.

SPOSITO, Maria E. B. *Capitalismo e urbanização*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSDU, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. p. 81–112.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

XIBERRAS, Martine. *As teorias da exclusão*. Para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

YASBEK, Maria C. *Classes subalternas e assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.